



Simulados Finais

AL MS

Técnico Legislativo
Área Administrativa

Pós-Edital



Caderno de Prova

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO

- 1 - Este simulado conta com questões focadas no concurso **AL-MS**, cargo de **Técnico Legislativo - Área Administrativa**;
- 2 - A prova contém itens que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 - As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora;
- 4 - A participação no ranking classificatório só será permitida até o horário de liberação do gabarito;
- 5 - O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado logo após estas instruções;

PREENCHA SEU GABARITO

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para preencher seu gabarito.

<https://forms.gle/s4NjA3WfiMpMeRUNA>

01 - (A)(B)(C)(D)(E)	17 - (A)(B)(C)(D)(E)	33 - (A)(B)(C)(D)(E)	49 - (A)(B)(C)(D)(E)	65 - (A)(B)(C)(D)(E)
02 - (A)(B)(C)(D)(E)	18 - (A)(B)(C)(D)(E)	34 - (A)(B)(C)(D)(E)	50 - (A)(B)(C)(D)(E)	66 - (A)(B)(C)(D)(E)
03 - (A)(B)(C)(D)(E)	19 - (A)(B)(C)(D)(E)	35 - (A)(B)(C)(D)(E)	51 - (A)(B)(C)(D)(E)	67 - (A)(B)(C)(D)(E)
04 - (A)(B)(C)(D)(E)	20 - (A)(B)(C)(D)(E)	36 - (A)(B)(C)(D)(E)	52 - (A)(B)(C)(D)(E)	68 - (A)(B)(C)(D)(E)
05 - (A)(B)(C)(D)(E)	21 - (A)(B)(C)(D)(E)	37 - (A)(B)(C)(D)(E)	53 - (A)(B)(C)(D)(E)	69 - (A)(B)(C)(D)(E)
06 - (A)(B)(C)(D)(E)	22 - (A)(B)(C)(D)(E)	38 - (A)(B)(C)(D)(E)	54 - (A)(B)(C)(D)(E)	70 - (A)(B)(C)(D)(E)
07 - (A)(B)(C)(D)(E)	23 - (A)(B)(C)(D)(E)	39 - (A)(B)(C)(D)(E)	55 - (A)(B)(C)(D)(E)	71 - (A)(B)(C)(D)(E)
08 - (A)(B)(C)(D)(E)	24 - (A)(B)(C)(D)(E)	40 - (A)(B)(C)(D)(E)	56 - (A)(B)(C)(D)(E)	72 - (A)(B)(C)(D)(E)
09 - (A)(B)(C)(D)(E)	25 - (A)(B)(C)(D)(E)	41 - (A)(B)(C)(D)(E)	57 - (A)(B)(C)(D)(E)	73 - (A)(B)(C)(D)(E)
10 - (A)(B)(C)(D)(E)	26 - (A)(B)(C)(D)(E)	42 - (A)(B)(C)(D)(E)	58 - (A)(B)(C)(D)(E)	74 - (A)(B)(C)(D)(E)
11 - (A)(B)(C)(D)(E)	27 - (A)(B)(C)(D)(E)	43 - (A)(B)(C)(D)(E)	59 - (A)(B)(C)(D)(E)	75 - (A)(B)(C)(D)(E)
12 - (A)(B)(C)(D)(E)	28 - (A)(B)(C)(D)(E)	44 - (A)(B)(C)(D)(E)	60 - (A)(B)(C)(D)(E)	76 - (A)(B)(C)(D)(E)
13 - (A)(B)(C)(D)(E)	29 - (A)(B)(C)(D)(E)	45 - (A)(B)(C)(D)(E)	61 - (A)(B)(C)(D)(E)	77 - (A)(B)(C)(D)(E)
14 - (A)(B)(C)(D)(E)	30 - (A)(B)(C)(D)(E)	46 - (A)(B)(C)(D)(E)	62 - (A)(B)(C)(D)(E)	78 - (A)(B)(C)(D)(E)
15 - (A)(B)(C)(D)(E)	31 - (A)(B)(C)(D)(E)	47 - (A)(B)(C)(D)(E)	63 - (A)(B)(C)(D)(E)	79 - (A)(B)(C)(D)(E)
16 - (A)(B)(C)(D)(E)	32 - (A)(B)(C)(D)(E)	48 - (A)(B)(C)(D)(E)	64 - (A)(B)(C)(D)(E)	80 - (A)(B)(C)(D)(E)

SIMULADO NO SISTEMA DE QUESTÕES

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para fazer este simulado também no SQ!

<https://coruja.page.link/ZyNr>

CONHECIMENTOS GERAIS**LÍNGUA PORTUGUESA***Patrícia Manzato***Texto 01**

Algumas das características deste mundo emergente já estavam inscritas nas dinâmicas transformadoras da tecnologia e da sociedade, mas a pandemia e sua gestão as aceleraram. Esse é o caso da digitalização das nossas atividades e da nossa organização social, sem que isso nos anule como seres conscientes e emocionais. O teletrabalho veio para ficar, o que significa novos tipos de relações laborais, de proteção do trabalhador, de formas de vida familiar e habitacionais, incluindo a tendência crescente de descentralizar a residência em áreas atualmente despovoadas que podem recuperar sua vitalidade. A aprendizagem forçada do ensino a distância pode introduzir um sistema híbrido em que o presencial, especialmente necessário nos primeiros anos, alie-se às possibilidades oferecidas pelo virtual.

Por outro lado, o público surge como algo essencial como linha de defesa da vida por meio de um sistema de saúde cuja importância ninguém mais questionará sob pena de receber uma reprimenda política. Ou o emprego, cuja transição para uma situação pós-crise, que ainda levará pelo menos dois anos de acordo com a OCDE, seguirá exigindo uma cobertura dos governos. Que exigirá um novo sistema tributário, menos centrado na diminuição da renda e mais focado na tributação das empresas globais que mal pagam impostos e nas transações dos mercados financeiros onde a riqueza se acumula. Isso exigirá uma coordenação das políticas fiscais, o que no nosso contexto significa aprofundar a União Europeia. Sem uma tributação comum e sem mais recursos obtidos com novas estratégias fiscais, não será possível manter os fundos de solidariedade intraeuropeia.

Da mesma forma, as políticas contra as mudanças climáticas, cuja urgência se manifesta em catástrofes recorrentes, dependem da investigação científica e da inovação empresarial em novas fontes de energia, como a linha do hidrogênio verde, no qual a França, a Alemanha e a Espanha estão investindo — com impactos diretos na viabilidade dos meios de transporte, por exemplo o

aéreo, sem o qual as atuais companhias aéreas sofrerão uma crise ainda mais profunda do que a resultante da inevitável restrição de viagens no curto prazo.

Adaptado de <<https://www.fronteiras.com/leia/exibir/um-novo-mundo>>

1. A tese central desenvolvida no texto fundamenta-se na proposição de que:

- a) A pandemia foi o agente exclusivo das transformações sociais, econômicas e tecnológicas vivenciadas no mundo contemporâneo, sem as quais essas mudanças jamais teriam ocorrido.
- b) A digitalização da sociedade representa uma ameaça à dimensão humana dos trabalhadores, devendo ser limitada por políticas públicas de proteção ao emprego tradicional.
- c) As transformações aceleradas pela pandemia exigem respostas estruturais coordenadas nas esferas do trabalho, da tributação, da saúde e das políticas climáticas para a consolidação de um novo modelo civilizatório.
- d) A União Europeia constitui o único modelo institucional capaz de responder adequadamente aos desafios impostos pelo mundo pós-pandêmico às democracias ocidentais.
- e) A crise climática representa a principal ameaça ao mundo emergente, sobrepondo-se em importância às transformações no trabalho e nos sistemas tributários.

2. No segmento "Por outro lado, o público surge como algo essencial como linha de defesa da vida por meio de um sistema de saúde cuja importância ninguém mais questionará", a expressão "Por outro lado" estabelece uma relação de sentido que indica:

- a) Oposição entre o caráter público da saúde e o modelo privado de organização social descrito no parágrafo anterior.
- b) Adição de uma nova dimensão argumentativa ao conjunto de transformações apresentadas no parágrafo anterior.
- c) Consequência direta das mudanças no teletrabalho sobre a organização do sistema de saúde pós-pandêmico.
- d) Comparação entre modelos distintos de proteção social adotados por diferentes países no período pós-crise.
- e) Concessão às críticas dos que defendem a primazia do setor privado na gestão dos sistemas de saúde.

3. Assinale a alternativa em que a concordância verbal está *plenamente* observada, considerando-se a norma-padrão da língua portuguesa:

- a) A pandemia e sua gestão aceleraram dinâmicas que já estava inscrita nas transformações tecnológicas da sociedade contemporânea.
- b) Existe, no contexto pós-pandêmico, diversos desafios relacionados à reestruturação dos sistemas tributários globais.
- c) A tributação das empresas globais e das transações financeiras exige uma coordenação das políticas fiscais entre os países.
- d) Tanto o teletrabalho quanto a educação a distância representa transformações permanentes no mundo pós-pandêmico.
- e) Houveram impactos profundos nos meios de transporte decorrentes das políticas contra as mudanças climáticas.

4. A afirmação de que a digitalização ocorre "sem que isso nos anule como seres conscientes e emocionais" permite inferir que o autor:

- a) Manifesta ceticismo em relação à viabilidade da digitalização como modelo sustentável de organização social e do trabalho.
- b) Reconhece o risco de desumanização inerente aos processos de digitalização, defendendo que tal risco pode ser gerenciado.
- c) Propõe a limitação da digitalização aos setores econômicos em que a presença humana seja dispensável.
- d) Considera que a dimensão emocional e consciente dos seres humanos é incompatível com o ambiente digital de trabalho.
- e) Sugere que a pandemia criou condições únicas para que a digitalização se expandisse sem comprometer a humanidade.

5. No trecho "como a linha do hidrogênio verde, no qual a França, a Alemanha e a Espanha estão investindo — com impactos diretos na viabilidade dos meios de transporte", o travessão foi empregado para:

- a) Indicar uma mudança de interlocutor no discurso, sinalizando a inserção de uma voz externa ao argumento principal.
- b) Introduzir uma informação complementar que desdobra as consequências práticas do investimento mencionado anteriormente.
- c) Delimitar uma citação indireta incorporada ao discurso do autor para reforçar a argumentação com dados externos.
- d) Marcar uma pausa que separa duas orações de igual relevância argumentativa no período.
- e) Isolar uma informação secundária que poderia ser omitida sem prejuízo para o sentido principal do período.

6. Assinale a opção em que a reescrita do segmento "*Sem uma tributação comum e sem mais recursos obtidos com novas estratégias fiscais, não será possível manter os fundos de solidariedade intraeuropeia*" preserva integralmente o sentido original e a correção gramatical:
- a) A manutenção dos fundos de solidariedade intraeuropeia será impossível caso não haja tributação comum e novos recursos provenientes de estratégias fiscais inovadoras.
 - b) Não sendo possível uma tributação comum e sem mais recursos obtidos com novas estratégias fiscais, os fundos de solidariedade intraeuropeia não serão mantidos.
 - c) Desde que haja uma tributação comum e mais recursos obtidos com novas estratégias fiscais, não será possível manter os fundos de solidariedade intraeuropeia.
 - d) A tributação comum e os novos recursos fiscais serão possíveis somente se os fundos de solidariedade intraeuropeia forem mantidos adequadamente.
 - e) Sem tributação comum ou sem mais recursos das novas estratégias fiscais, a manutenção dos fundos de solidariedade intraeuropeia tornar-se-á possível.
7. No período "A aprendizagem forçada do ensino a distância pode introduzir um sistema híbrido em que o presencial... alie-se às possibilidades oferecidas pelo virtual", a forma verbal "alie-se" foi empregada no subjuntivo para expressar:
- a) Uma certeza sobre a inevitável integração entre ensino presencial e virtual no mundo pós-pandêmico.
 - b) Uma hipótese contingente cuja realização depende das condições enunciadas na oração principal.
 - c) Um desejo explícito do autor de que o ensino presencial seja integrado ao ensino virtual nas escolas.
 - d) Uma condição necessária e suficiente para que o sistema híbrido de educação seja implementado.
 - e) Uma ação habitual que já se verifica no sistema educacional contemporâneo como resultado da pandemia.
8. No período "*as políticas contra as mudanças climáticas, cuja urgência se manifesta em catástrofes recorrentes, dependem da investigação científica*", o segmento destacado exerce a função sintática de:
- a) Oração subordinada adjetiva restritiva, especificando quais políticas climáticas efetivamente dependem da investigação científica.
 - b) Oração subordinada adjetiva explicativa, acrescentando informação sobre a natureza das políticas climáticas mencionadas.
 - c) Oração subordinada adverbial causal, indicando a razão pela qual as políticas climáticas dependem da investigação científica.
 - d) Oração coordenada explicativa, justificando a urgência das políticas contra as mudanças climáticas.
 - e) Oração subordinada substantiva apositiva, explicando o conteúdo das políticas climáticas mencionadas.
9. O emprego do verbo "aceleraram" no segmento "a pandemia e sua gestão as aceleraram" sugere, no contexto argumentativo do texto, que:
- a) A pandemia foi a causa única e exclusiva das transformações sociais e tecnológicas observadas no mundo contemporâneo.
 - b) As mudanças descritas no texto são fenômenos inteiramente novos, criados artificialmente pela emergência sanitária global.
 - c) A pandemia precipitou processos de transformação que já possuíam dinâmica própria, antecipando sua consolidação.
 - d) A gestão da pandemia foi mais determinante do que a própria crise sanitária para a produção das mudanças estruturais.
 - e) A aceleração das transformações gerou desequilíbrios que precisam ser corrigidos para que o novo mundo seja sustentável.

10. Segundo a lógica argumentativa do segundo parágrafo, a necessidade de um novo sistema tributário decorre diretamente de:

- a) A ineficiência dos governos europeus na gestão dos recursos públicos durante o período de recuperação pós-pandêmica.
- b) A exigência de financiamento para a cobertura governamental do emprego durante a transição para a situação pós-crise.
- c) A pressão dos mercados financeiros por maior regulação internacional das transações especulativas globais.
- d) A necessidade de ampliar os gastos militares dos países europeus face ao novo cenário geopolítico global.
- e) O aumento da demanda por serviços públicos de saúde resultante do envelhecimento das populações europeias.

MATEMÁTICA E RACIOCÍNIO LÓGICO

Eduardo Mocellin

11. João e Carla, técnicos da Assembleia Legislativa do MS (ALMS), possuem, cada um, uma certa quantidade de processos para analisar. Em um determinado momento, Carla transferiu para João uma parte dos processos que estavam sob sua responsabilidade, de modo que João ficou com o triplo de processos que tinha inicialmente e Carla ficou com a metade dos processos que tinha inicialmente.

Inicialmente, a quantidade de processos que Carla possuía correspondia a

- a) metade da quantidade de processos de João.
- b) a mesma quantidade de processos de João.
- c) o dobro da quantidade de processos de João.
- d) o triplo da quantidade de processos de João.
- e) o quádruplo da quantidade de processos de João.

12. Baseado em uma força-tarefa realizada no semestre anterior, o coordenador da Assembleia Legislativa do MS (ALMS) montou uma tabela com o objetivo de planejar quantos analistas legislativos serão necessários para realizar o mesmo trabalho no final deste semestre. A tabela montada é a seguinte:

Semestre	Número de analistas envolvidos	Carga diária (por analista)	Produção semestral (em projetos)
1º	30	8 horas	500
2º	X	6 horas	400

Considerando-se idênticas, do 1º para o 2º semestre, as condições de trabalho e a produtividade da mão de obra, o valor de X, indicado na tabela, quando comparado ao número de analistas envolvidos no 1º semestre, deverá ser

- a) aumentado em 12 unidades.
- b) aumentado em 7 unidades.
- c) aumentado em 2 unidades.
- d) diminuído em 12 unidades.
- e) diminuído em 2 unidades.

13. Para participar de um treinamento na Assembleia Legislativa do MS (ALMS), estão presentes no plenário servidores efetivos e comissionados. A razão entre o número de servidores efetivos e o de servidores comissionados é de 13 para 17. Sabendo-se que 40% dos servidores efetivos e 60% dos servidores comissionados trouxeram seus notebooks para a atividade, então, em relação ao número total de pessoas presentes no plenário, aqueles que não trouxeram notebooks representam, aproximadamente,

- a) 48,7%.
- b) 50,6%.
- c) 52,5%.
- d) 54,3%.
- e) 56,4%.

14. Os Projetos de Lei Alfa, Beta e Gama estão agendados em uma pauta de votação da Assembleia Legislativa do MS (ALMS), nessa ordem, ou seja, Beta será votado após Alfa e Gama será votado após Beta.

Sabe-se que:

- O Projeto Beta está exatamente no meio da pauta, ou seja, há tantos projetos agendados antes dele quanto após ele.
- Há 7 projetos agendados entre os Projetos Alfa e Beta.
- Há 10 projetos agendados entre os Projetos Beta e Gama.
- O Projeto Alfa ocupa a posição 12 da pauta.

Nessa pauta, o número de projetos agendados para votação após o Projeto Gama é

- a) 7.
- b) 6.
- c) 10.
- d) 8.
- e) 6.

15. Considere os seguintes números:

4,6262262226... e 0,181181118...

A soma da 30ª casa decimal do primeiro número com a 24ª casa decimal do segundo número é igual a

- a) 3.
- b) 5.
- c) 7.
- d) 10.
- e) 14.

LEGISLAÇÃO INSTITUCIONAL

Emerson Bruno

16. De acordo com o previsto no Regimento Interno da ALMS, a Sessão Legislativa Ordinária ocorrerá:

- a) de 15 de fevereiro a 15 de julho e de 1º de agosto a 31 de dezembro.
- b) de 1 de fevereiro a 17 de julho e de 1º de agosto a 20 de dezembro.
- c) de 2 de fevereiro a 17 de julho e de 1º de agosto a 22 de dezembro.
- d) de 1 de fevereiro a 20 de julho e de 1º de agosto a 20 de dezembro.
- e) de 2 de fevereiro a 17 de julho e de 2 de agosto a 22 de dezembro.

17. Nos termos do Regimento Interno da Assembleia Legislativa, o Presidente é o representante da Assembleia quando ela houver de se enunciar coletivamente, o dirigente dos seus trabalhos e o fiscal da ordem, tudo na conformidade do Regimento. Dessa forma, NÃO constitui competência do Presidente.

- a) Interromper o orador que desviar da questão em discussão, falar sobre o vencido ou faltar com a consideração devida à Assembleia ou a qualquer de seus membros, advertindo-o e, em caso de insistência, retirando-lhe a palavra.
- b) Autorizar a realização de conferências, exposições, palestras ou seminários no edifício da Assembleia, ressalvada a competência das comissões.
- c) Dirigir, com suprema autoridade, a polícia da Assembleia.
- d) Proceder à chamada dos deputados nas votações nominais.
- e) Visar a Carteira de Identidade Parlamentar fornecida aos deputados.

18. Sobre as comissões temporárias no Regimento Interno da Assembleia Legislativa, marque a afirmativa INCORRETA.

- a) As Comissões Especiais serão constituídas para dar parecer sobre proposta de emenda à Constituição e projetos de código, lei orgânica, divisão territorial, estatutos e consolidações.
- b) As Comissões de Representação têm por finalidade tratar de assunto previamente determinado, em nome do Parlamento, e serão constituídas pela Mesa Diretora ou mediante requerimento subscrito, no mínimo, por oito deputados, encerrando-se após apresentação de relatório em Plenário.
- c) A Assembleia Legislativa, a requerimento de um terço de seus membros, instituirá Comissão Parlamentar de Inquérito para apuração de fato determinado e por prazo certo, a qual terá poderes de investigação próprios das autoridades judiciais, além de outros previstos na Constituição, em Lei e no Regimento.
- d) As comissões temporárias são as de representação, especial e de inquérito.
- e) As Comissões Temporárias compor-se-ão do número de membros que for previsto no ato ou requerimento de sua constituição, designados por indicação do Presidente da Assembleia.

19. Conforme previsão da Constituição do Estado do Mato Grosso do Sul, NÃO constitui uma competência privativa da Assembleia Legislativa:

- a) Sustar atos normativos do Poder Executivo que exorbitem o poder regulamentar ou os limites de delegação legislativa.
- b) Fixar subsídio do Governador, do Vice-Governador e dos Secretários de Estado.
- c) Fixar de uma para outra legislatura a remuneração dos Deputados.
- d) Dispor sobre a transferência temporária da sede do governo estadual.

e) Autorizar o Governador a realizar operações de crédito ou compromissos gravosos ao patrimônio do Estado.

20. Conforme previsto na Lei nº 6.278, de 16.07.2024 - Estatuto dos servidores do Poder Legislativo, a posse do servidor ou servidora deve ocorrer:

- a) no prazo de trinta dias contados da publicação do ato de nomeação, podendo tal prazo ser prorrogado por mais quinze dias, a requerimento do interessado ou no interesse da Administração, desde que devidamente justificado.
- b) no prazo de vinte dias contados da publicação do ato de nomeação, podendo tal prazo ser prorrogado por mais vinte dias, a requerimento do interessado ou no interesse da Administração, desde que devidamente justificado.
- c) no prazo de sessenta dias contados da publicação do ato de nomeação, podendo tal prazo ser prorrogado por mais trinta dias, a requerimento do interessado ou no interesse da Administração, desde que devidamente justificado.
- d) no prazo de trinta dias contados da publicação do ato de nomeação, podendo tal prazo ser prorrogado por mais trinta dias, a requerimento do interessado ou no interesse da Administração, desde que devidamente justificado.
- e) no prazo de quinze dias contados da publicação do ato de nomeação, podendo tal prazo ser prorrogado por mais quinze dias, a requerimento do interessado ou no interesse da Administração, desde que devidamente justificado.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS**DIREITO CONSTITUCIONAL***Fábio Ramos*

21. Em julgamento histórico, o STF trouxe uma jurisprudência, a súmula vinculante 25: É ilícita a prisão civil de depositário infiel, qualquer que seja a modalidade do depósito. Assim, não se admite a prisão do Depositário infiel. Esse é um exemplo típico de alteração da Constituição por meio de:

- a) Emenda Constitucional.
- b) Revisão Constitucional.
- c) Plebiscito.
- d) Mutação Constitucional.
- e) Reclamação constitucional

22. Rosi é militar do Exército e pretende candidatar-se ao cargo de Deputada Estadual. Val é militar da Marinha e pretende se candidatar a prefeito.

Nos termos da Constituição Federal, caso sejam eleitos para o cargo,

- a) contando com menos de dez anos de serviço, será exonerado do cargo militar.
- b) contando com mais de quinze anos de serviço, será transferido para a sede do mandato.
- c) contando com mais de cinco anos de serviço, terá direito à remuneração da origem.
- d) contando com mais de vinte anos de serviço, será promovido na carreira.
- e) contando com mais de dez anos de serviço, será transferido para a inatividade.

23. De acordo com a Constituição Federal, todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

- a) Todos podem reunir-se pacificamente, sem armas, em locais abertos ao público, desde que não frustrem outra reunião anteriormente convocada para o mesmo local, sendo exigida apenas prévia autorização da autoridade competente.
- b) as entidades associativas, não dependem de autorização expressa para representar seus filiados judicial ou extrajudicialmente.
- c) às presidiárias, serão asseguradas condições para que possam permanecer com seus filhos durante o período de amamentação, desde que apresentem bom comportamento.
- d) São gratuitas as ações de habeas data e o mandado de segurança, e, na forma da lei, os atos necessários ao exercício da cidadania.
- e) É ilícita a prisão civil de depositário infiel, qualquer que seja a modalidade do depósito.

24. Wagner é brasileiro naturalizado, tendo nascido na França. Após muitos anos exercendo atividades na iniciativa privada, pretende realizar concurso público e procura verificar quais os cargos que poderia acessar. Nos termos da Constituição Federal, NÃO constitui cargo privativo de brasileiro nato:

- a) Presidente do Congresso nacional.
- b) Oficial das Forças Armadas.
- c) Presidente da Assembléia Legislativa.
- d) Presidente do CNJ.
- e) Presidente do TSE

25. Tibruço analisando a constituição federal viu que, por meio da Emenda Constitucional nº 45/2004, a reforma do Judiciário instituiu o Conselho Nacional de Justiça, que tem composição plural, assim como o Conselho Nacional do Ministério Público. Lendo o texto, Tibruço ficou com dúvida e foi perguntar ao professor experiente no mundo dos concursos. O referido professor respondeu corretamente à luz do texto constitucional que:

- a) O presidente do CNJ não será obrigatoriamente um brasileiro nato.
- b) Todos os membros do CNJ e do CNMP que cometerem crime de responsabilidade serão julgados pelo Senado federal.
- c) O Conselho Nacional de Justiça compõe-se de 14 membros com mandato de 2 anos, admitida 1 recondução e será presidido pelo Presidente do Supremo Tribunal Federal.
- d) compete ao Conselho o controle da atuação administrativa, jurisdicional e financeira do Poder Judiciário e do cumprimento dos deveres funcionais dos juízes;
- e) Terá na sua composição membros da justiça eleitoral.

26. No Brasil, é possível que seja decretado o estado de de defesa para preservar ou prontamente restabelecer, em locais restritos e determinados, a ordem pública ou a paz social ameaçadas por grave e iminente instabilidade institucional ou atingidas por calamidades de grandes proporções na natureza. De acordo com a Constituição Federal de 1988, tal dispositivo burocrático configura-se como ato extremo, de competência

- a) privativa do Presidente da República.
- b) privativa do Conselho da Defesa Nacional.
- c) privativa da Câmara dos Deputados.
- d) exclusiva do Senado Federal.
- e) exclusiva do Congresso Nacional.

27. A partir da Emenda Constitucional nº 45/2004, uma importante mudança no nosso ordenamento jurídico aconteceu, Tibério analisando a constituição chegou a seguinte conclusão correta que os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos:

- a) sempre terão a natureza jurídica de lei ordinária, exigindo a sua aprovação, pelo Congresso Nacional e a promulgação, na ordem interna, pelo Chefe do Poder Executivo;
- b) podem ter a natureza jurídica de normas supralegais, se integrando, em qualquer hipótese, à ordem jurídica interna do país.
- c) podem ter a natureza jurídica de norma constitucional derivada, caso sua aprovação aconteça nas duas casas do Congresso Nacional, se dê em dois turnos de votação, com o voto favorável da unanimidade dos respectivos membros;
- d) podem ter a natureza jurídica de lei complementar, desde que o Congresso Nacional venha a aprová-los com observância do processo legislativo ordinário;
- e) sempre terão a natureza jurídica de emenda constitucional, exigindo, apenas, que a sua aprovação, pelo Congresso Nacional, se dê em dois turnos de votação, com o voto favorável de dois terços dos respectivos membros.

28. Suponha que Tibério e Geruza, casados, cidadãos holandeses, estavam de férias no Brasil quando, devido a uma intercorrência médica, Geruza deu à luz prematuramente ao seu filho Clóvis. Considerando o disposto na Constituição Federal, é correto afirmar que Clóvis

- a) é brasileiro nato e poderá perder sua naturalização se fizer pedido expresso de perda da nacionalidade brasileira perante autoridade brasileira competente, independente de qualquer situação.
- b) Ele tem nacionalidade inata e no futuro poderá se candidatar para o cargo de Presidente e Vice-Presidente da República Federativa do Brasil.
- c) é brasileiro naturalizado e no futuro poderá ocupar o cargo de Presidente da Câmara dos Deputados.
- d) deve ser considerado como brasileiro nato, mas não poderá ocupar o cargo de oficial das Forças Armadas, pois seus pais são estrangeiros.
- e) apenas será considerado brasileiro após residir por um ano ininterrupto no Brasil e comprovar que tem idoneidade moral.

29. Tibério, deputado federal eleito pelo Rio de Janeiro, após completar 29 anos de idade, caminhou do Rio até Brasília para protestar. No meio do caminho, a referida caminhada foi paralisada pela polícia que alegou que a referida reunião não era legítima. Neste caso em tela, Tibério poderá ajuizar qual remédio constitucional para proteger seu direito de reunião?

- a) ação popular, podendo ser proposta no estado onde ele se encontra (Brasília).
- b) Habeas corpus, podendo qualquer pessoa impetrar.
- c) mandado de segurança coletivo.
- d) mandado de segurança individual.
- e) habeas data.

30. De acordo com a Constituição Federal, a República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito. A forma de estado pelo Brasil será:

- a) Composta;
- b) Presidencialista;
- c) Republicana;
- d) Democrática;
- e) Unitária.

31. Ao tratar dos princípios fundamentais, a CF estabelece, em seu art. 1.º,

- a) a forma republicana de Estado, cláusula pétrea expressa, caracterizada pela eletividade, temporariedade e responsabilidade do governante.
- b) a forma republicana de governo, caracterizada pela eletividade, temporariedade e responsabilidade do governante.
- c) a forma federativa de Estado, cláusula pétrea implícita, caracterizada pela tripartição dos poderes da União.
- d) a forma federativa de Estado e o sistema presidencialista de governo.
- e) a forma republicana de governo e a forma federativa de Estado, cláusulas pétreas expressas.

32. A respeito dos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos, assinale a alternativa que está de acordo com a Constituição Federal da República.

- a) qualquer eleitor é parte legítima para propor ação civil pública que vise a anular ato lesivo ao patrimônio público ou de entidade de que o Estado participe, à moralidade administrativa, ao meio ambiente e ao patrimônio histórico e cultural.
- b) Todos podem reunir-se pacificamente em locais abertos ao público, desde que não frustrem outra reunião já convocada, sendo apenas exigida prévia autorização nas redes sociais.
- c) Somente por decisão judicial transitada em julgado poderá uma associação ser dissolvida compulsoriamente.
- d) As entidades associativas, quando expressamente autorizadas, têm legitimidade para representar seus filiados apenas extrajudicialmente.
- e) é assegurado, nos termos da lei, o direito à proteção dos dados pessoais, exceto nos meios digitais.

33. Tanaka, servidor público estadual, teve conhecimento de que a Constituição da República de 1988 tinha assegurado determinado direito estatutário aos servidores, mas condicionava o seu exercício à edição de lei que o regulamentasse. Apesar de decorridos muitos anos desde a promulgação da Constituição, a lei não foi editada, omissão que torna inviável o exercício do seu direito. À luz da narrativa constitucional e da narrativa acima, o instrumento passível de ser utilizado por Tanaka para a tutela dos seus interesses é:

- a) o mandado de segurança;
- b) o habeas data;
- c) a reclamação constitucional;
- d) o mandado de injunção;
- e) o direito de petição.

34. Dani, médica, fazia sua caminhada de manhã com seu gato quando, ao passar na frente de uma residência, viu o morador dessa casa caído no chão se debatendo, tendo uma crise respiratória. Imediatamente, Dani arrombou a porta e entrou no imóvel para prestar-lhe socorro, mesmo sem o consentimento do morador. Nessa situação, Dani

- a) podia ter penetrado no imóvel, pois, apesar da casa ser asilo inviolável do indivíduo, ninguém nela podendo penetrar sem consentimento do morador, são ressalvados os casos de flagrante delito ou desastre, ou para prestar socorro, ou, durante o dia, por determinação judicial ou Parlamentar.
- b) não podia ter penetrado no imóvel, pois a casa é asilo inviolável do indivíduo, ninguém nela podendo penetrar sem consentimento do morador, exceto, durante o dia, por determinação judicial.
- c) não podia ter penetrado no imóvel, pois a casa é asilo inviolável do indivíduo, ninguém nela podendo penetrar sem consentimento do morador em nenhuma hipótese.
- d) podia sim ter penetrado no imóvel, pois, apesar da casa, como regra, ser asilo inviolável do indivíduo, ninguém nela podendo penetrar sem consentimento do morador, são ressalvados os casos de flagrante delito ou desastre, ou para prestar socorro, durante o dia ou a noite e também por determinação judicial em qualquer horário.
- e) podia ter penetrado no imóvel, pois, apesar da casa ser asilo inviolável do indivíduo, ninguém nela podendo penetrar sem consentimento do morador, são ressalvados os casos de flagrante delito ou desastre, ou para prestar socorro, ou, durante o dia, por autorização judicial, está sendo uma cláusula de reserva jurisdicional.

35. Clóvis estava de férias com sua esposa que é proprietária de um imóvel urbano onde residem. Em caso de iminente perigo público, a autoridade competente poderá usar a propriedade particular dela,

- a) assegurada à esposa de Clóvis indenização anterior, se houver dano.
- b) assegurada à esposa de Clóvis justa e prévia indenização em títulos da dívida pública, independentemente de dano.
- c) assegurada à esposa de Clóvis justa e prévia Indenização em dinheiro, ressalvados os casos da CF/88.
- d) assegurada à esposa de Clóvis indenização ulterior, se houver dano.
- e) não assegurada indenização à esposa de Clóvis, ainda que haja dano.

36. Acerca das normas constitucionais que regem os direitos políticos e os partidos políticos, assinale a opção correta, conforme a Constituição Federal de 1988 e o entendimento do Supremo Tribunal Federal.

- a) É inelegível para o cargo de vereador ex-cônjuge de governador do estado, ainda que se trate de reeleição e a dissolução do vínculo conjugal tenha ocorrido antes do início do mandato de governador.
- b) Não se aplica a regra da perda de mandato por infidelidade partidária a governador que, depois de eleito pelo sistema majoritário, resolva mudar de partido político.
- c) A condenação de servidor público federal por ato de improbidade administrativa não impede sua candidatura ao cargo de deputado federal, uma vez que tal situação não se inclui entre as hipóteses de suspensão de direitos políticos.
- d) O voto é obrigatório para o cidadão brasileiro naturalizado que seja analfabeto.
- e) Ação para impugnação do mandato de prefeito eleito graças a esquema de compra de votos deve

ser ajuizada na justiça federal, dentro do prazo de seis meses, e instruída com provas do abuso do poder econômico.

37. É INCORRETO afirmar que compete aos Municípios

- a) criar, organizar e suprimir distritos, observada a legislação estadual.
- b) explorar diretamente, ou mediante concessão, os serviços locais de gás canalizado, na forma da lei, vedada a edição de medida provisória para a sua regulamentação.
- c) instituir e arrecadar os tributos de sua competência, bem como aplicar suas rendas, sem prejuízo da obrigatoriedade de prestar contas e publicar balancetes nos prazos fixados em lei.
- d) promover, no que couber, adequado ordenamento territorial, mediante planejamento e controle do uso, do parcelamento e da ocupação do solo urbano.
- e) promover a proteção do patrimônio histórico-cultural local, observada a legislação e a ação fiscalizadora federal e estadual.

38. No que concerne aos princípios, direitos e garantias fundamentais estabelecidos na Constituição Federal de 1988 (CF), julgue a assertiva correta

- a) Dado o direito à liberdade, um dos direitos fundamentais, a prisão de um indivíduo é medida excepcional em casos de Estado de Defesa e Estado de Sítio.
- b) A proteção do direito à vida tem como consequência a proibição da pena de morte em qualquer situação.
- c) A previsão constitucional da prática de tortura como crime inafiançável e insuscetível de graça ou anistia expressa um dever de proteção identificado pelo constituinte e traduz-se em mandado de criminalização dirigido ao legislador.
- d) As normas que consubstanciam os direitos fundamentais não são sempre de aplicabilidade imediata.
- e) O Estado pode impor prestação alternativa fixada em lei ao indivíduo que, alegando conflito com suas convicções políticas, se recusar a cumprir obrigação legal a todos imposta, desde que a prestação seja compatível com suas crenças. Em caso de recusa em cumpri-la, ainda assim o indivíduo não poderá ser privado de seus direitos.

39. Tibruçó, cidadão holandês que, após atingir a maioria, naturalizou-se cidadão brasileiro, foi citado para responder um processo de extradição iniciado pelo Governo holandês. Tal situação ocorreu em razão de sua condenação pela prática de crime no território holandês. Pode-se afirmar que a extradição

- a) do brasileiro naturalizado somente é concedida no caso de crime político ou de opinião;
- b) é impossível, pois nenhum cidadão brasileiro nato ou naturalizado pode ser extraditado;
- c) é possível independentemente do crime e da existência de acordo de reciprocidade entre os Governos brasileiro e holandês;
- d) seria possível no caso de crime comum praticado

- antes da naturalização;
- e) seria possível independentemente do caso.

40. Ao disciplinar o direito à liberdade de profissão, a Constituição Federal estabeleceu, expressamente, que “é livre o exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, atendidas as qualificações profissionais que a lei estabelecer;”. Quanto à sua capacidade de produção de efeitos, cuida-se de norma constitucional de eficácia

- a) limitada.
- b) contida.
- c) plena.
- d) programática.
- e) restringível.

DIREITO ADMINISTRATIVO

Fabiano Pereira

41. Considerando os princípios expressos e implícitos da Administração Pública, assinale a opção **correta**.

- a) O princípio da legalidade autoriza o administrador a agir com liberdade sempre que a lei não tratar expressamente da matéria, desde que sua decisão esteja voltada à satisfação do interesse coletivo;
- b) O princípio da eficiência impõe que a atividade administrativa seja orientada para a obtenção de resultados concretos, com qualidade, produtividade e economicidade, visando atender ao interesse público de forma adequada;
- c) O princípio da segurança jurídica permite a revisão ilimitada de atos administrativos, mesmo quando já tenham gerado efeitos consolidados e expectativas legítimas nos administrados;
- d) O princípio da autotutela impede a Administração de anular seus próprios atos, exigindo sempre a intervenção do Poder Judiciário para corrigir ilegalidades;
- e) O princípio da supremacia do interesse público sobre o privado impede qualquer restrição a direitos individuais, ainda que exista fundamento legal e necessidade coletiva

42. Em determinado município, o servidor Carlos, responsável pelo setor de atendimento ao público, passou a exigir dos cidadãos diversos documentos não previstos em lei para a realização de um simples cadastro administrativo. A prática gerou longas filas, atrasos na prestação do serviço e grande insatisfação dos usuários.

Após auditoria interna, a Administração determinou a simplificação do procedimento, eliminando exigências desnecessárias e implantando sistema digital para acelerar o atendimento e melhorar a qualidade do serviço.

À luz do princípio da eficiência, assinale a opção **correta**.

- a) A exigência de documentos adicionais, mesmo sem previsão legal, é válida, pois o servidor buscava maior segurança no procedimento e prevenção de fraudes, ainda que isso resultasse em atrasos;
- b) A atuação inicial do servidor violou o princípio da eficiência, pois criou entraves burocráticos desnecessários, prejudicando a qualidade, a rapidez e a adequação do serviço prestado ao cidadão;
- c) O princípio da eficiência é aplicável apenas às empresas estatais que exploram atividade econômica, não alcançando a administração direta dos entes federativos;
- d) A Administração não poderia alterar o procedimento sem autorização judicial, ainda que tivesse identificado prejuízos à qualidade do serviço e insatisfação generalizada dos usuários;
- e) O princípio da eficiência impede a simplificação de procedimentos administrativos, pois a redução de exigências pode comprometer o controle e a segurança das atividades públicas

43. No que se refere à organização da Administração Pública, especialmente quanto à centralização, descentralização, concentração, desconcentração e à distinção entre Administração Direta e Indireta, assinale a opção **correta**.

- a) A descentralização administrativa ocorre quando há mera distribuição interna de competências dentro de uma mesma pessoa jurídica, mediante a criação de órgãos públicos desprovidos de personalidade jurídica própria.
- b) A desconcentração administrativa pressupõe a criação de novas pessoas jurídicas, dotadas de autonomia administrativa e patrimônio próprio, para a execução de atividades estatais específicas.
- c) A Administração Pública Direta é formada por entidades administrativas dotadas de personalidade jurídica própria, enquanto a Administração Indireta é composta por órgãos públicos integrantes da estrutura estatal.
- d) A centralização administrativa caracteriza-se pela execução direta das atividades administrativas pelo próprio ente político, sem a criação de pessoas jurídicas distintas para a realização dessas atividades.
- e) A concentração administrativa ocorre quando o Estado transfere a titularidade ou a execução de serviços públicos a entidades da Administração Indireta, mediante outorga ou delegação

44. No município de Alfa, o prefeito João decidiu promover uma reorganização administrativa com o objetivo de aumentar a eficiência da prestação dos serviços públicos. Inicialmente, extinguiu a antiga Secretaria de Infraestrutura e criou duas novas secretarias: a Secretaria de Obras e a Secretaria de Serviços Urbanos, distribuindo entre elas as competências antes concentradas em um único órgão.

Em seguida, foi editada lei municipal criando uma entidade com personalidade jurídica própria, patrimônio e autonomia administrativa, destinada à execução do serviço de limpeza urbana em todo o município.

Considerando a situação hipotética apresentada, assinale a opção **correta**.

- a) A criação das duas novas secretarias caracteriza descentralização administrativa, pois houve divisão de competências entre órgãos distintos, ainda que pertencentes à mesma estrutura administrativa municipal.
- b) A instituição da entidade com personalidade jurídica própria para executar o serviço de limpeza urbana caracteriza desconcentração administrativa, pois houve reorganização interna das atividades administrativas do município.
- c) A criação das novas secretarias caracteriza desconcentração administrativa, enquanto a instituição da entidade com personalidade jurídica própria caracteriza descentralização administrativa.
- d) Ambas as medidas caracterizam descentralização administrativa, pois houve transferência de competências e redistribuição de atribuições dentro da estrutura administrativa municipal.
- e) Ambas as medidas caracterizam desconcentração administrativa, pois foram realizadas por iniciativa do próprio município, sem a participação de outros entes políticos

45. No que se refere aos poderes da Administração Pública, assinale a opção **correta**.

- a) O poder hierárquico confere à Administração Pública a prerrogativa de estruturar internamente seus órgãos e agentes, bem como de impor sanções disciplinares a servidores e particulares, sempre que constatada infração administrativa, ainda que inexistente relação formal de subordinação.
- b) O poder disciplinar manifesta-se exclusivamente no âmbito das relações hierárquicas internas da Administração Pública, razão pela qual não alcança particulares, mesmo quando estes mantenham vínculo jurídico específico com o Poder Público.
- c) O poder regulamentar autoriza o chefe do Poder Executivo a editar atos normativos destinados a complementar a lei, podendo, inclusive, criar obrigações novas sempre que isso se revelar necessário à fiel execução do interesse público.
- d) O poder de polícia administrativa, por incidir diretamente sobre direitos e liberdades individuais, deve ser exercido de forma estritamente vinculada, não se admitindo qualquer margem de discricionariedade na atuação administrativa.
- e) O poder de polícia, embora normalmente exercido pelo ente federativo competente para regulamentar determinada matéria, pode assumir caráter interfederativo quando envolver competências comuns, admitindo atuação concorrente dos entes federativos, respeitados os limites territoriais e constitucionais

46. O servidor público Carlos, ocupante de cargo efetivo em uma autarquia federal, passou a se ausentar reiteradamente do serviço sem justificativa, além de utilizar equipamentos e veículos oficiais para resolver assuntos particulares durante o horário de expediente.

Após a instauração de processo administrativo disciplinar, foram assegurados o contraditório e a ampla defesa, tendo sido comprovada a prática de infração funcional grave. Ao final do procedimento, a autoridade competente decidiu aplicar a penalidade de suspensão por quinze dias, com fundamento nas normas disciplinares vigentes.

A partir dessa situação hipotética, assinale a opção **correta** com base nos poderes administrativos.

- a) A sanção aplicada constitui manifestação do poder disciplinar, prerrogativa que autoriza a Administração a apurar infrações funcionais e aplicar penalidades aos servidores e demais pessoas submetidas à disciplina administrativa, desde que respeitado o devido processo legal.
- b) A penalidade aplicada decorre do poder hierárquico, pois resulta da relação de subordinação existente entre o servidor e sua chefia, sendo a imposição de sanções uma das manifestações típicas desse poder administrativo.
- c) A suspensão aplicada representa exercício do poder regulamentar, já que foi baseada em normas internas da Administração que disciplinam a conduta funcional dos servidores públicos.
- d) A penalidade aplicada caracteriza exercício do poder de polícia administrativa, pois implica restrição a direito individual do servidor, em razão de interesse público relacionado à eficiência do serviço.
- e) A sanção somente poderia ser aplicada mediante decisão judicial, sendo vedada à Administração a aplicação direta de penalidades aos seus servidores, sob pena de violação ao princípio da separação dos poderes

47. Durante a gestão do prefeito Antônio Silva, o Secretário Municipal de Administração, Roberto Azevedo, expediu um decreto determinando a remoção de uma servidora efetiva para outro setor da mesma secretaria. A medida foi adotada com base em competência legal previamente estabelecida, observando a forma escrita exigida para esse tipo de ato e fundamentando-se na necessidade de reorganização interna dos serviços, com o objetivo de assegurar maior eficiência administrativa. O ato foi praticado de maneira unilateral, sem a anuência prévia da servidora, produzindo efeitos imediatos sobre sua situação funcional.

No que se refere aos atos administrativos, especialmente quanto ao conceito, aos requisitos, aos atributos, à classificação e às espécies, assinale a opção **correta**.

- a) O decreto caracteriza ato administrativo, pois consiste em manifestação unilateral de vontade da Administração Pública, praticada por agente competente, no exercício da função administrativa, com finalidade pública e aptidão para produzir efeitos jurídicos imediatos, submetendo-se ao regime jurídico-administrativo.
- b) O ato é juridicamente inválido, uma vez que a alteração da lotação funcional de servidor público exige, como requisito indispensável, a concordância expressa do interessado, sob pena de violação aos princípios da legalidade e da segurança jurídica.
- c) A ausência de consenso entre a Administração e a servidora descaracteriza a natureza administrativa do ato, aproximando-o de um contrato administrativo, que pressupõe bilateralidade e acordo de vontades entre as partes envolvidas.
- d) A remoção determinada configura mero fato administrativo, por não alterar direitos ou deveres da servidora, limitando-se a produzir efeitos exclusivamente materiais no âmbito interno da Administração.
- e) O decreto somente poderia ser considerado válido se configurasse ato administrativo complexo, exigindo manifestação de vontade conjunta do prefeito e da servidora afetada pela remoção

48. No que se refere às formas de extinção do ato administrativo, especialmente anulação, revogação e cassação, considerando seus fundamentos jurídicos, efeitos e hipóteses de aplicação, assinale a opção **correta**.

- a) A revogação consiste na retirada do ato administrativo por motivo de ilegalidade, produzindo efeitos retroativos e restabelecendo a situação jurídica anterior à sua edição.
- b) A anulação ocorre quando o ato administrativo se torna inconveniente ou inoportuno ao interesse público, devendo produzir efeitos apenas para o futuro.
- c) A cassação ocorre quando o beneficiário do ato administrativo deixa de cumprir as condições legais ou regulamentares necessárias para a manutenção do ato anteriormente concedido.
- d) A revogação e a anulação possuem o mesmo fundamento jurídico, sendo ambas aplicadas exclusivamente em razão de vícios de legalidade.
- e) A anulação somente pode ser realizada pelo Poder Judiciário, sendo vedado à própria Administração retirar seus atos ilegais

49. A Prefeitura de Costa Dourada firmou contrato emergencial para construção de passarela após forte enchente. Após reportagens apontarem valores superiores aos praticados no mercado, o Tribunal de Contas suspendeu cautelarmente a execução contratual e abriu auditoria. Paralelamente, a Câmara Municipal enviou requerimento ao Prefeito solicitando cópia integral do processo administrativo e justificativas técnicas da contratação. Um morador, alegando violação de direito líquido e certo, impetrou mandado de segurança para reaver acesso a documentos não divulgados no portal da transparência.

Sobre os mecanismos e competências de controle, assinale a alternativa **correta**.

- a) A suspensão determinada pelo Tribunal de Contas é forma de controle interno, pois ocorre dentro do próprio Executivo e decorre de relação hierárquica com o chefe do Poder.
- b) O requerimento formal apresentado pelos vereadores constitui manifestação típica do controle legislativo, que exerce função de fiscalização político-administrativa sobre os atos do Executivo.
- c) No mandado de segurança, o Poder Judiciário poderá rever critérios de oportunidade e conveniência da contratação, podendo substituir o gestor na decisão de manter ou revogar o contrato.
- d) A denúncia apresentada pela imprensa já configura controle judicial imediato, pois a crítica pública transfere automaticamente a análise dos atos para o Judiciário.
- e) O Legislativo não possui competência para fiscalizar a Administração Pública, cabendo-lhe exclusivamente legislar, sendo o controle administrativo função exclusiva do Executivo

50. No que se refere ao controle exercido pela Administração Pública, ao controle judicial e ao controle legislativo, assinale a opção **correta**.

- a) O controle da Administração Pública restringe-se ao Poder Executivo, não alcançando atos administrativos praticados pelos Poderes Legislativo e Judiciário, uma vez que cada Poder é autônomo e possui competência exclusiva para revisar seus próprios atos administrativos.
- b) O controle judicial incide tanto sobre a legalidade quanto sobre o mérito dos atos administrativos, podendo o Poder Judiciário revogá-los quando entender que a decisão administrativa foi inconveniente ou inoportuna para o interesse público.
- c) O controle legislativo possui natureza exclusivamente financeira, sendo exercido apenas sobre receitas, despesas e execução orçamentária, não alcançando atos administrativos de natureza política ou organizacional da Administração Pública.
- d) O controle da Administração Pública pode ser exercido pelos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, incidindo sobre todos os atos administrativos, independentemente do Poder que os tenha praticado, sempre com o objetivo de garantir a conformidade com o ordenamento jurídico.
- e) O controle legislativo caracteriza-se como controle interno, pois é exercido dentro da estrutura estatal, sendo direcionado aos atos administrativos praticados no âmbito do próprio Poder Legislativo

51. A respeito da delegação da prestação de serviços públicos por particulares, especialmente por meio das modalidades de concessão, permissão e autorização, assinale a opção **correta**.

- a) A concessão de serviço público consiste na delegação da prestação do serviço pelo poder concedente à pessoa física ou jurídica, mediante licitação, podendo ser estabelecida por prazo indeterminado, desde que haja previsão contratual que assegure a continuidade do serviço.
- b) A concessão de serviço público caracteriza-se como delegação da prestação do serviço realizada pelo poder concedente à pessoa jurídica ou consórcio de empresas, mediante licitação, por prazo determinado, assumindo o concessionário a execução do serviço por sua conta e risco.
- c) A permissão de serviço público somente pode ser outorgada a pessoas jurídicas, mediante contrato administrativo com prazo previamente estabelecido, sendo vedada sua revogação unilateral pelo poder concedente.
- d) A autorização de serviço público possui natureza contratual e exige licitação prévia obrigatória, assim como ocorre com a concessão e a permissão de serviços públicos.
- e) A concessão e a permissão de serviços públicos possuem exatamente o mesmo regime jurídico, inexistindo diferenças relevantes quanto à forma de delegação, aos sujeitos delegatários ou à estabilidade da relação jurídica estabelecida

52. No que se refere à classificação dos serviços públicos, especialmente quanto aos destinatários ou à forma como satisfazem o interesse coletivo, assinale a opção **correta**.

- a) Os serviços públicos gerais ou *uti universi* são prestados a usuários determinados ou determináveis, sendo possível identificar individualmente os beneficiários do serviço e mensurar quanto cada usuário usufrui da atividade estatal.
- b) Os serviços públicos individuais ou *uti singuli* caracterizam-se por serem prestados indistintamente à coletividade, razão pela qual não é possível identificar os usuários beneficiados nem mensurar a utilização individual do serviço.
- c) Os serviços públicos *uti universi* possuem natureza indivisível, sendo prestados indistintamente à coletividade, de modo que não é possível determinar quais indivíduos são efetivamente beneficiados nem mensurar a utilização do serviço por cada usuário.
- d) Os serviços públicos *uti singuli* são necessariamente gratuitos e financiados exclusivamente por impostos, uma vez que a identificação dos usuários impossibilita a cobrança de taxas ou tarifas.
- e) Os serviços públicos *uti universi* são aqueles que possuem usuários determinados ou determináveis, sendo possível a cobrança direta pelo uso do serviço mediante tarifa ou taxa individualizada

53. De acordo com a Lei de Improbidade Administrativa nº 8.429/1992, assinale a alternativa **correta**.

- a) Configura improbidade a ação ou omissão resultante de interpretação divergente da lei, fundamentada em jurisprudência, ainda que não esteja pacificada, mesmo que posteriormente essa interpretação não venha a prevalecer nas decisões dos órgãos de controle ou dos tribunais do Poder Judiciário.
- b) A indisponibilidade de bens somente pode ser decretada após o trânsito em julgado da sentença condenatória em ação de improbidade administrativa.
- c) Nas hipóteses de fusão ou incorporação societária, a pessoa jurídica sucessora responde integralmente por todas as sanções previstas na Lei de Improbidade Administrativa, inclusive aquelas decorrentes de atos praticados antes da operação societária.
- d) Estão sujeitos às sanções da Lei de Improbidade Administrativa os atos praticados contra o patrimônio de entidade privada que receba contribuição do erário para sua criação ou custeio, sendo o ressarcimento limitado à repercussão do ilícito sobre os recursos públicos empregados.
- e) O Ministério Público poderá celebrar acordo de não persecução civil, desde que este seja aprovado, no prazo de 45 (quarenta e cinco) dias, pelo órgão do Ministério Público competente para apreciar as promoções de arquivamento de inquéritos civis, quando a celebração ocorrer antes do ajuizamento da ação

54. No Município de Vale Azul, o secretário de obras, Roberto, foi investigado por receber vantagens indevidas de uma empresa contratada para a realização de obras públicas. Após o devido processo judicial, ficou comprovado que o agente público enriqueceu ilicitamente ao receber valores em troca de favorecimento na contratação.

Durante o julgamento da ação de improbidade administrativa, o juiz analisou as sanções previstas na Lei nº 8.429/1992, considerando a gravidade do fato e a situação econômica do réu.

À luz da disciplina legal aplicável, assinale a alternativa **correta**.

- a) Nas hipóteses de enriquecimento ilícito, a Lei de Improbidade Administrativa prevê apenas a aplicação de multa civil e a perda da função pública, sendo vedada a suspensão dos direitos políticos do agente.
- b) Nos casos de enriquecimento ilícito, o responsável pode sofrer, entre outras sanções, perda dos bens ou valores acrescidos ilicitamente ao patrimônio, perda da função pública, suspensão dos direitos políticos e proibição de contratar com o poder público.
- c) A multa civil prevista na Lei de Improbidade Administrativa possui valor fixo e não pode ser majorada pelo juiz, ainda que se mostre insuficiente para reprovação e prevenção do ato ilícito.
- d) Quando a improbidade administrativa for praticada com enriquecimento ilícito, a sanção de suspensão dos direitos políticos poderá ser aplicada por prazo máximo de quatro anos.
- e) Na responsabilização de pessoa jurídica por ato de improbidade, as sanções devem ser aplicadas independentemente da análise dos impactos econômicos e sociais que possam decorrer da medida

55. A Lei de Acesso à Informação nº 12.527/2011 (LAI), estabelece mecanismos destinados a assegurar a transparência da atuação estatal e a garantir o direito fundamental de acesso às informações públicas. Entre esses mecanismos, a lei determina a divulgação periódica de determinadas informações relacionadas à classificação e à desclassificação de documentos, bem como ao tratamento dos pedidos de acesso à informação formulados pelos cidadãos.

Nesse contexto, o art. 30 da referida lei prevê que a autoridade máxima de cada órgão ou entidade deverá publicar, em determinado período, em sítio oficial na internet destinado à divulgação de dados e informações administrativas, determinados conjuntos de informações relacionados à gestão da informação pública.

Considerando as disposições da Lei nº 12.527/2011 acerca da transparência e da publicidade das informações classificadas e dos pedidos de acesso à informação, assinale a alternativa **correta**.

- a) A relação nominal de todos os servidores públicos responsáveis pela classificação de documentos em qualquer grau de sigilo, com indicação da autoridade que realizou cada ato de classificação.
- b) O conteúdo integral de todos os documentos classificados em grau de sigilo, para fins de controle social e fiscalização da legalidade dos atos administrativos.
- c) O rol das informações que tenham sido desclassificadas nos últimos doze meses.
- d) A íntegra dos pedidos de acesso à informação formulados pelos cidadãos, acompanhada da identificação completa dos solicitantes e da motivação apresentada.
- e) A listagem detalhada de todos os processos administrativos em andamento no órgão ou entidade, independentemente de eventual classificação de sigilo

56. A empresa Transparência Digital Ltda. foi contratada pelo Ministério da Cidadania para desenvolver um sistema de armazenamento de dados administrativos. Em razão do contrato, a empresa passou a ter acesso a determinadas informações públicas ainda submetidas a procedimentos de classificação previstos na Lei nº 12.527/2011 de Acesso à Informação.

Durante auditoria interna, verificou-se que um funcionário da empresa, Carlos Menezes, divulgou indevidamente informações às quais teve acesso em razão do vínculo contratual com a Administração Pública. Após a instauração do devido processo administrativo, garantido o direito de defesa no prazo legal, a autoridade competente concluiu que a conduta da empresa justificava a aplicação da penalidade de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

De acordo com a Lei nº 12.527/2011, a aplicação dessa penalidade

- a) pode ser realizada por qualquer servidor responsável pela fiscalização do contrato administrativo, desde que haja previsão contratual expressa.
- b) é de competência exclusiva da autoridade máxima do órgão ou entidade pública, assegurado o direito de defesa do interessado no prazo de 10 dias.
- c) depende de decisão judicial prévia que confirme a violação das regras de acesso à informação.
- d) somente pode ser aplicada se previamente houver sido imposta a penalidade de multa administrativa.
- e) impede definitivamente a empresa de voltar a contratar com a Administração Pública, sendo vedada a reabilitação

57. A empresa Saúde Digital S.A. desenvolve um aplicativo de monitoramento de atividades físicas e alimentação. Para melhorar seus serviços, a empresa coleta e trata diversos dados pessoais dos usuários, inclusive informações sensíveis relacionadas à saúde. O tratamento dos dados é

realizado por uma empresa terceirizada de tecnologia, TechData Ltda., contratada especificamente para operar o sistema de armazenamento e processamento dessas informações.

Durante uma fiscalização, a Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD) solicitou à Saúde Digital S.A. a elaboração de um relatório detalhado sobre o impacto das operações de tratamento de dados pessoais realizadas pelo aplicativo, bem como esclarecimentos acerca das responsabilidades da empresa terceirizada no tratamento dessas informações.

Considerando as disposições da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) acerca do controlador e do operador, é **correto** afirmar que

- a) o operador possui autonomia plena para definir as finalidades e os meios do tratamento de dados pessoais, cabendo ao controlador apenas acompanhar os resultados obtidos.
- b) tanto o controlador quanto o operador estão dispensados de manter registros das operações de tratamento de dados pessoais quando o tratamento não envolver dados sensíveis.
- c) a autoridade nacional pode determinar que o controlador elabore relatório de impacto à proteção de dados pessoais referente às suas operações de tratamento, devendo esse relatório conter, no mínimo, a descrição dos dados coletados, a metodologia de coleta e as medidas de mitigação de riscos.
- d) o operador é responsável por fiscalizar o cumprimento das normas de proteção de dados pelo controlador e pode desconsiderar as instruções recebidas quando entender mais adequado tecnicamente.
- e) compete exclusivamente ao operador estabelecer padrões de interoperabilidade e definir o tempo de guarda dos registros das operações de tratamento de dados pessoais

58. Nos termos da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais nº 13.709/2018, o tratamento de dados pessoais de crianças e adolescentes possui regras específicas destinadas à proteção desses titulares.

Sobre o tratamento de dados pessoais de crianças e adolescentes, considere as afirmativas abaixo e assinale a alternativa **correta**.

- a) O tratamento de dados pessoais de crianças pode ocorrer independentemente de consentimento dos pais ou responsável legal, desde que haja interesse econômico do controlador devidamente justificado.
- b) O tratamento de dados pessoais de crianças deverá ser realizado com consentimento específico e em destaque fornecido por ambos os pais ou pelo responsável legal.
- c) Os controladores podem condicionar a participação de crianças em jogos ou aplicações de internet ao fornecimento de quaisquer dados pessoais que considerem úteis para a atividade.
- d) O tratamento de dados pessoais de crianças deverá ser realizado com consentimento específico e em destaque dado por pelo menos um dos pais ou pelo responsável legal.
- e) A coleta de dados pessoais de crianças sem consentimento dos pais ou responsável legal é vedada em qualquer hipótese

59. Conforme dispõe a Lei de Licitações e Contratos Administrativos nº 14.133/2021, assinale a alternativa **correta**.

- a) O projeto executivo corresponde ao conjunto de elementos necessários à execução da obra, mas prescinde do detalhamento das soluções previstas no projeto básico.
- b) A matriz de riscos consiste em documento facultativo que apenas descreve os riscos existentes na execução contratual, sem definir responsabilidades entre as partes.
- c) Caso opte por realizar leilão por intermédio de leiloeiro oficial, a Administração deverá selecioná-lo mediante credenciamento ou licitação na modalidade pregão, adotando o critério de julgamento de maior desconto para as comissões a serem cobradas.
- d) A contratação de serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual com profissionais ou empresas de notória especialização configura hipótese de inexigibilidade de licitação, inclusive para serviços de publicidade e divulgação.
- e) É dispensável a licitação para contratação de profissionais destinados à execução direta de obras públicas quando possuírem notória especialização

60. No Município de Santa Aurora, a Secretaria de Cultura precisava contratar, com urgência, uma empresa especializada para restaurar um painel histórico localizado no prédio da antiga estação ferroviária da cidade. O servidor Carlos, responsável pela instrução do processo, sugeriu a realização de contratação direta, sob o argumento de que a empresa Arte & Memória Restauro Ltda. possuía reconhecida experiência no serviço.

Durante a análise do procedimento, a procuradora do município, Dra. Helena, verificou que alguns documentos deveriam obrigatoriamente integrar o processo de contratação direta para que o procedimento estivesse regularmente instruído, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

Considerando a situação hipotética e o que dispõe a Lei de Licitações e Contratos Administrativos sobre o processo de contratação direta, assinale a alternativa **correta**.

- a) No processo de contratação direta, é dispensável a apresentação de estimativa de despesa, desde que a Administração demonstre a urgência da contratação.
- b) A contratação direta pode ser autorizada pelo agente responsável pela instrução do processo, independentemente de manifestação da autoridade competente.
- c) A instrução do processo de contratação direta deve conter, entre outros elementos, justificativa de preço, razão da escolha do contratado e comprovação de que o contratado possui os requisitos mínimos de habilitação.
- d) Após a autorização da contratação direta, a Administração não precisa divulgar o ato correspondente em sítio eletrônico oficial, pois se trata de procedimento sem competição.
- e) Caso a contratação direta seja considerada indevida, apenas o agente público responsável responderá pelos danos causados ao erário, não havendo responsabilidade do contratado

NOÇÕES DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Elisabete Moreira

61. Com base na evolução dos modelos de Administração Pública e na visão de Bresser-Pereira, a transição do modelo burocrático para o modelo gerencial no Brasil visou promover algumas mudanças, a exemplo de:

- a) Substituiu o controle de processos pelo controle de resultados, eliminando a hierarquia funcional.
- b) Visou combater o patrimonialismo através da profissionalização, mantendo a desconfiança prévia como regra de controle.
- c) Introduziu a ideia de contratualização, focando na eficiência e no cidadão-cliente.
- d) Restaurou práticas patrimonialistas ao flexibilizar a estabilidade do servidor público em todos os níveis.
- e) Baseou-se na centralização das decisões para garantir a uniformidade da prestação de serviços.

62. Segundo a literatura sobre as reformas administrativas no Brasil, o DASP, criado na era Vargas, representou:

- a) O marco inicial da Nova Gestão Pública no país.
- b) A primeira tentativa sistemática de superação do patrimonialismo.
- c) Uma estratégia de descentralização política para fortalecer os estados federados.
- d) A implementação da reforma gerencial sob o comando de Marechal Cândido Rondon.
- e) A criação do concurso público para fortalecer a meritocracia baseada em indicação política.

63. Os movimentos de reforma do Estado e da Administração Pública fizeram emergir estudos mais aprofundados relacionados à Governabilidade, Governança e Accountability, que numa concepção mais moderna são entendidos como:

- a) Governança refere-se às condições políticas de legitimidade de um governo perante a sociedade.
- b) Governabilidade diz respeito à capacidade de implementar políticas públicas com eficiência.
- c) Accountability vertical é aquela exercida por órgãos de controle, como os Tribunais de Contas.
- d) Governança é a capacidade de articulação entre o Estado e atores não estatais para a gestão de políticas.
- e) Não há relação entre transparência e accountability no modelo gerencial.

64. Um importante aliado para a melhoria dos serviços públicos é a utilização das tecnologias da informação e comunicação que permitiram o desenvolvimento do governo digital e a transformação na disponibilização das informações. Nesse contexto, o Governo Eletrônico (e-Gov) no Brasil tem como objetivo primordial:

- a) ampliar a participação social e a simplificação administrativa, não obstante ter gerado um aumento de custo para o governo.
- b) Digitalizar processos burocráticos, mantendo as relações entre Estado e cidadão.
- c) Ampliar a democratização do acesso à informação e otimizar a prestação de serviços públicos.
- d) Gerar maior controle dos processos com vistas ao alcance da eficiência e melhoria na relação com o cidadão
- e) Diminuir barreiras tecnológicas com vistas a diminuir o número de protocolos e reclamações.

65. A departamentalização refere-se ao processo de diferenciação horizontal, que permite a simplificação do trabalho e o melhor aproveitamento dos recursos para o alcance dos objetivos organizacionais. Nesse contexto, uma organização que agrupa suas atividades com base em conhecimentos e habilidades adota a departamentalização:

- a) Por Clientes.
- b) Geográfica.
- c) Funcional.
- d) Por Processos.
- e) Matricial.

66. O processo organizacional é composto por diferentes atividades que são realizadas de forma cíclica e sistemática e objetivam o alcance dos resultados organizacionais. A função de coordenação é responsável por harmonizar e equilibrar os interesses da organização, viabilizado por meio do denominado ajuste espontâneo que tem como característica.

- I. Ocorre na relação entre o gerente e seus subordinados, a partir de um sistema adequado de incentivos e desincentivos.
- II. Opera-se entre integrantes da organização sem pressupor uma relação de subordinação.
- III. Envolve a comunicação entre os responsáveis pelas atividades.

Está correto o que se afirma APENAS em

- a) III.
- b) II e III.
- c) I e III.
- d) II.
- e) I e II.

67. Fayol, um dos precursores dos estudos de administração, no âmbito da visão clássica, propôs cinco funções do administrador, que, posteriormente, num momento neoclássico foram, de forma geral, sintetizadas em 04 funções básicas, entre elas, a função de Direção que é diretamente responsável:

- a) Por realizar o desenho da estrutura organizacional.
- b) Pela definição da missão e visão da organização.
- c) Por orientar as pessoas para que contribuam com os objetivos organizacionais.
- d) Pela determinação da correção de desvios no orçamento anual.
- e) Pela determinação da manutenção de estoques em níveis ótimos.

68. O Diretor-Geral da AL-MS verificou que os resultados alcançados no último trimestre estavam bem abaixo das metas estabelecidas no planejamento e determinou uma revisão dos fluxos de trabalho, para verificar onde ocorreram os problemas, para o realinhamento das equipes. De acordo com as funções do processo organizacional, a atuação do Diretor-Geral priorizou as funções de:

- a) Planejamento e Organização.
- b) Direção e Avaliação.
- c) Controle e Avaliação.
- d) Comunicação e Direção.
- e) Organização e Controle.

69. Uma equipe de trabalho foi designada, no âmbito da AL-MS, pela Mesa Diretora, para realizar a revisão dos fluxos de trabalho e verificar onde ocorreram os problemas de não alcance das metas do trimestre. Foi identificado um aumento no tempo de tramitação dos projetos de lei, sendo necessário uma análise das causas, com vistas a corrigir os desvios nas metas para o próximo trimestre. Nesse caso, a ferramenta mais adequada para tal situação é:

- a) Gráfico de Gantt.
- b) Diagrama de Ishikawa.
- c) Ciclo PDCA.
- d) Matriz GUT.
- e) Histograma.

70. Na gestão de processos, a etapa da análise e mapeamento dos processos de trabalho tem como objetivo principal:

- a) Definir como o processo deverá ser no futuro.
- b) Identificar os indicadores de desempenho (KPIs) de longo prazo.
- c) Documentar a situação atual, analisando o processo como ele ocorre hoje.
- d) Automatizar as tarefas manuais, com vista a otimizá-las.
- e) Eliminar a hierarquia funcional da organização.

71. A ISO 9001:2015 é a norma internacional para Sistemas da Qualidade (SGQ), responsável por definir requisitos para que organizações assegurem produtos/serviços consistentes, aumentem a satisfação do cliente e promovam a melhoria contínua. Sobre a Norma ISO 9001:2015 aplicada ao setor público, assinale a alternativa correta:

- a) É uma norma obrigatória para toda a administração pública.
- b) Foca no cliente, liderança, engajamento das pessoas e tomada de decisão baseada na intuição e/ou evidências.
- c) Baseia-se na abordagem por processos e no pensamento baseado em riscos.
- d) Garante que o serviço público seja gratuito e universal.
- e) Possui foco nos colaboradores, que devem demonstrar responsabilidade direta pela SGQ.

72. Um analista da ALMS propõe o uso da técnica de *Benchmarking* para a melhoria de processos. Essa técnica consiste em:

- a) Reestruturar radicalmente os processos, começando do zero.
- b) Comparar o desempenho e as práticas da organização com as melhores referências.
- c) Realizar reuniões de ideação, sem julgamento prévio.
- d) Conceder benefícios aos servidores que alcançarem os melhores resultados.
- e) Reduzir o número de etapas do processo, com vistas a otimizar os recursos.

73. Levando-se em consideração o modelo de redes organizacionais, a comunicação difere do modelo tradicional por ser:

- a) Unidirecional e linear.
- b) Multidirecional, pautada pela colaboração entre os atores.
- c) Restrita aos chefes de cada departamento para evitar ruídos.
- d) Baseada em ordens formais e memorandos que percorrem os vários caminhos da organização.
- e) Centralizada em um único nó da rede para garantir a unicidade de entendimentos.

74. O direito de qualquer cidadão de obter informações sobre a execução orçamentária da ALMS via Portal da Transparência configura um exemplo de:

- a) Controle Interno Prévio.
- b) Transparência Passiva.
- c) Controle Externo Técnico.
- d) Transparência Ativa.
- e) Accountability Vertical.

75. O fenômeno que ocorre quando a mensagem emitida pelo gestor é interpretada de forma distorcida pelo colaborador devido a preconceitos ou diferenças culturais é chamado de:

- a) Recência.
- b) Burocracia
- c) Filtragem.
- d) Codificação.
- e) Percepção seletiva

76. A utilização de indicadores na gestão pública é uma premissa relacionada à mensuração do alcance das metas previamente definidos, não limitada à autoavaliação ou a aspectos comportamentais e subjetivos. Acerca dos indicadores de desempenho da atuação da Administração Pública na busca de resultados, tem-se que:

- I. A eficiência está atrelada ao uso racional e econômico dos recursos, a exemplo da medição e avaliação das obras entregues durante o mandato do prefeito em relação ao que ele planejou entregar.
- II. A efetividade é expressão do atingimento dos resultados almejados pela sociedade e pode ser representada pela melhoria da saúde no município em relação ao município vizinho.
- III. A produtividade ocorre quando um gestor público adquire equipamentos e insumos de qualidade para as escolas do município, com custo abaixo do valor de mercado.

Está correto o que se afirma APENAS em

- a) I.
- b) I e II.
- c) I e III.
- d) II.
- e) III.

77. A participação da sociedade civil na gestão de políticas públicas foi um movimento construído a partir da CF/88 e alavancado no movimento de governança pública, valendo-se de instrumentos que permitem o ataque à corrupção e ao atendimento das demandas do cidadão. Acerca dos instrumentos de controle social, avalie as seguintes alternativas:

- I. Os conselhos gestores possuem sua composição definida pela Constituição Federal de 1988 e em suas respectivas leis.
- II. Os conselhos gestores são órgãos públicos, plurais, alguns de caráter permanente e deliberativo, e o mandato dos conselheiros é definido na legislação de criação.
- III. As conferências são espaços não oficiais ou informais de deliberação das diretrizes gerais de determinada política pública, cujos resultados serão incorporados às agendas institucionais.

Assinale a opção correta.

- a) Somente a I está correta.
- b) Somente a II está correta.
- c) Somente a III está correta.
- d) I, II, III estão corretas
- e) Somente a I e III estão corretas.

78. O planejamento organizacional é um instrumento que permite dar rumo à organização e, junto aos colaboradores, tem o objetivo de promover mais eficiência, eficácia e efetividade, envolvendo um processo coordenado e participativo. Acerca do tema, aponte a alternativa correta.

- a) O gerenciamento da mudança e a melhoria nos processos de negócios que visam manter a operação e a produtividade dizem respeito à perspectiva do aprendizado e crescimento, no Balanced Scorecard.
- b) A missão organizacional, que determina a identidade organizacional, deve explicitar onde e como a organização pretende estar no futuro, embasada no pensamento dos seus dirigentes.
- c) A estratégia de gestão das redes e alianças tem como pilar a escolha dos canais adequados para a

troca de informações, tanto entre os próprios participantes quanto da rede para os participantes.

- d) O principal resultado esperado do planejamento estratégico participativo não é o plano, mas o processo desenvolvido de aprendizagem organizacional.
- e) A etapa de avaliação de desempenho do planejamento estratégico consiste numa análise pontual que compara os objetivos estabelecidos e os resultados alcançados.

79. Ao utilizar a ferramenta Matriz SWOT para o planejamento estratégico da Assembleia Legislativa, a identificação de uma nova lei de responsabilidade fiscal que restringe gastos com pessoal deve ser classificada como uma:

- a) Fraqueza.
- b) Força.
- c) Oportunidade.
- d) Ameaça.
- e) Estratégia Defensiva.

80. A gestão de suprimentos e logística na administração pública evoluiu de um simples comprar para a gestão da cadeia de suprimentos. Sobre a gestão de estoques e compras, é correto afirmar:

- a) O método *Just-in-Time* é amplamente recomendado para itens de saúde na rede pública para garantir custo zero de estocagem.
- b) O método XYZ é bastante indicado para materiais e equipamentos de saúde, pois avalia o grau de criticidade desses materiais.
- c) O inventário rotativo dispensa a necessidade de inventário anual para fins de balanço patrimonial.
- d) A classificação ABC foca na dimensão física dos itens para otimização do espaço de armazém.
- e) Na administração pública, a logística reversa é opcional, aplicando-se apenas a empresas privadas.

O QUE VOCÊ ACHOU DESTE SIMULADO?

*Conte-nos como foi sua experiência ao fazer este simulado.
Sua opinião é muito importante para nós!*

<https://forms.gle/3RC8pkHLNAnpSnxQ9>

NÃO É ASSINANTE?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!

<http://estrategi.ac/assinaturas>

CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES

Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link e conheça!

<http://estrategi.ac/ok1zt0>